



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
UNIDADE DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS - URE/NUMIG/DELEX/DPF/CAS/SP

Decisão nº 144564373/2026-URE/NUMIG/DELEX/DPF/CAS/SP

Processo: 08506.000310/2026-92

Assunto: **DECISÃO EM DEFESA PRÉVIA ADMINISTRATIVA**

Trata-se de Defesa Administrativa apresentada pelo imigrante LEOREANNY DE LOS ANGELES RODRIGUEZ QUINTANA, em virtude da imposição de multa concernente ao Auto de Infração nº 1347_0009_2026, no valor de R\$2.010,00 reais por ultrapassar em 402 dias o prazo de estada legal no país.

O interessado aduz que não tem recursos para o pagamento da multa, o que impede a realização do registro e por consequência sua regularização migratória, solicitando a isenção ou redução do valor, alegando ainda que a contagem de dias está incorreta.

Considerando o elevado volume de demandas nos serviços de atendimento a imigrantes, superior à capacidade atual de recursos disponíveis, convencionou-se que o prazo de estada irregular deve ser contado até a data de cadastro no sistema SISMIGRA, ainda que o atendimento presencial ocorra posteriormente. Tal entendimento visa evitar que o imigrante seja penalizado por limitações estruturais do Estado.

Esse critério deve prevalecer somente enquanto os prazos de agendamento não forem normalizados.

No caso concreto, o formulário de solicitação foi preenchido no site da Polícia Federal em 08/01/2026. Assim, considerando o vencimento da CRNM em 02/12/2024, o período de estada irregular é de 402 dias, conforme constou no auto.

A Lei 13.445/17, ao tratar das infrações e das penalidades administrativas, em seu capítulo IX, prevê, em seu art. 110, que "as penalidades aplicadas serão objeto de pedido de reconsideração e de recurso nos termos de regulamento" e que "serão respeitados o contraditório, a ampla defesa e a garantia de recurso, assim como a situação de hipossuficiência do migrante ou do visitante".

Considerando os documentos apresentados pelo interessado, com base no o art. 25, inciso I da Instrução Normativa n.º 198-DG/PF, de 16 de junho de 2021, reduzo a multa aplicada a 10% do valor original, ou seja, fixo o valor total em R\$201,00 (duzentos e um reais).

Notifique-se o interessado, encaminhando-se a presente Decisão ao e-mail informado, sem prejuízo de sua publicação no site da Polícia Federal e demais registros.

PPF DAVID BRASO YANEZ
Chefe da URE/NUMIG/DELEX/DPF/CAS/SP
Classe especial - Matrícula nº 13.111



Documento assinado eletronicamente por **DAVID BRASO YANEZ, Papiloscopista Policial Federal**, em 04/02/2026, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=144564373&crc=AA431AA5](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=144564373&crc=AA431AA5).

Código verificador: **144564373** e Código CRC: **AA431AA5**.

Referência: Processo nº 08506.000310/2026-92

SEI nº 144564373